Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
SECRETARIA DAS SESSOES

Decisão Simples da 1ª Camara	**:**	**DS01 - S.SESS - 00321/2011**
PROCESSO TC/MS	**:**	3604/2008
PROTOCOLO	**:**	895759
ÓRGÃO	**:**	PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO
ORDENADOR (A) DE DESPESAS	**:**	DJALMA LUCAS FURQUIM
CARGO DO ORDENADOR (A)	**:**	PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	CONTRATO ADMINISTRATIVO 39/2007
RELATOR	**:**	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
CONTRATADO (A)	**:**	JOSE CARLOS MILANEZI & CIA LTDA - EPP
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	**:**	TOMADA DE PREÇOS 08/2007
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	**:**	FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR, ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS DE CRECHE, ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PETI E GENEROS ALIMENTICIOS DIVERSOS PARA AS SECRETARIAS
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	**:**	R$ 113.720,20
SESSÃO	**:**	10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª CÂMARA DE 16-8-2011

A 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

Por unanimidade de votos, nos termos do relatório e voto do Conselheiro-Relator e acolhendo, em parte, o parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDE:**

1 - pela regularidade e legalidade do procedimento realizado na modalidade de Tomada de Preços nº 08/2007, bem como da formalização do Contrato Administrativo nº 39/2007, celebrado entre o Município de Aparecida do Taboado/MS, CNPJ/MF nº 03.563.335/0001-06, por seu Prefeito Municipal, Senhor Djalma Lucas Furquim, CPF/MF nº 316.232.047-04, como contratante, e, de outro lado, a Empresa José Carlos Milanezi & Cia Ltda, CNPJ/MF nº 73.317.968/0001-10, por seu representante, Senhor José Carlos Milanezi, CPF/MF nº 202.032.331-15, como contratada, nos termos dos artigos 311 inciso I, e 312 inciso I, ambos da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006;

2 - pela declaração de irregularidade e ilegalidade na execução financeira do Contrato Administrativo nº 39/2007, em razão da divergência dos valores, conforme demonstra a planilha de fls. 327, nos termos do inciso II do artigo 311 combinado com o inciso II (segunda parte) da artigo 312, ambos da Resolução Normativa TC/MS n º 057/2006;

3 - pela aplicação de multa no valor equivalente a 50 (cinquenta) UFERMS, imputada ao Senhor Djalma Lucas Furquim, CPF/MF nº 316.232.047-04, por grave infração à norma legal, com fundamento no inciso II do artigo 53 da Lei Complementar Estadual nº 048/90 c/c o inciso II do artigo 197, da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006;

4 - pela concessão do prazo de 60 (sessenta) dias, para que o Ordenador de Despesas acima nominado, efetue o recolhimento em favor do Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul – FUNTC, nos termos do artigo 157 combinado com o § 1º do artigo 212, do Regimento Interno desta Corte de Contas e, em igual prazo, promova a comprovação do recolhimento nos autos, sob pena de cobrança judicial;



5 - pela comunicação deste julgamento aos interessados nos termos do artigo 106, da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006.

Participaram, ainda, do julgamento os Excelentíssimos Senhores Conselheiros JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL e MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO.

Presente o representante do Ministério Público de Contas, Excelentíssimo Senhor Procurador de Contas Dr. JOSÉ AÊDO CAMILO.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2011.

(a)Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral
Presidente

CERTIFICO o cumprimento do Parágrafo único do artigo 97 do Regimento Interno do Tribunal de Contas.

MARISA JOANA CHENA
CHEFE DA SECRETARIA DAS SESSÕES
TC/MS

MJC/Jv